

Maria do Carmo Soares de Freitas¹
Paulo Gilvane Lopes Pena²

FOME E PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL

¹ Professora da Escola de Nutrição – Universidade Federal da Bahia.

² Professor da Faculdade de Medicina – Universidade Federal da Bahia.

RESUMO

Esse breve ensaio, objetiva refletir sobre as relações entre fome e a pandemia de Covid-19. A fome atinge milhões de pessoas no Brasil e no mundo, por viverem em precárias condições de alimentar-se dignamente. De início, conceitua-se fome enquanto uma manifestação biossocial decorrente da insuficiência alimentar que ocorre cotidianamente e de modo permanente. A partir da literatura apresenta-se a pandemia de Covid-19, os principais impactos na população que vivencia fome e alguns aspectos subjetivos da conexão entre esses dois fenômenos. O contexto político e social contribui para desvelar a magnitude deste problema e considera-se que a pandemia em curso tem profunda relação com o agravamento da fome. Esses fenômenos juntos, formam uma grande tragédia humanitária.

PALAVRAS CHAVES: Fome, Pandemia de Covid-19, Fome no Brasil.

A experiência de fome está relacionada ao sintoma de viver a realidade com o alimento provisório, insuficiente, de modo intermitente ou crônico, em uma vivência de sofrimento angustiante e agônico, não raramente fatal (FREITAS, 2003). No contexto brasileiro, a fome pode ser expressa com subjetividades para além da dimensão clínico-patológica ou sensações físicas pela carência de comida. A recorrência a outros sentidos, nos leva a uma leitura mais profunda possível que circunscreve diversos significados socioculturais, como uma externalidade que se assemelha à peste e a sensação de morte (Idem). O faminto conhece e reproduz o que sente em si e em seus pares.

Para uma compreensão da fome é necessário reconhecer os sentidos que transcendem a semiologia clínica e interfere de modo cruel nos sonhos de estar no mundo da vida. Fome coabita com o sentido agônico; vive-se com medo e cujo sentido associa-se a outros, compondo uma intersubjetividade representacional da condição faminta em cada contexto. Os modos de percepção da fome, dependem, também, da *natureza* da pessoa, uns são magros e outros gordos, porém, contraditoriamente famintos (Idem). Estes signos além de outros significados socioculturais, são efeitos dos sentidos, linguagens semióticas, sensações sustentadas por símbolos fatalmente suscitados pela insegurança concreta de viver. Obesidade na pobreza, nesses últimos 20 anos, representa uma insuficiência nutricional motivada pelo acesso a alimentos de péssima qualidade, processados e baratos, ricos em carboidratos simples, a exemplo do aumento de consumo de refrigerantes e massas semiprontas (BRASIL, 2017).

Nas camadas populares, sobretudo na América Latina, desenvolveu-se uma espécie de *fome-obesa*, distinto dos transtornos alimentares que podem ocorrer nas classes sociais mais abastadas (AGUIRRE, 2004). Com isso, surgem outras patologias inerentes ao sobrepeso, como as enfermidades cardiovasculares e diabetes, principalmente. Dessa fragilidade, entende-se que estas pessoas apresentam, clinicamente, mais dificuldades de recuperação quando expostos à contaminação viral e bacteriana. Assim, a fome se conecta mais facilmente ao Covid-19, e a noção de contágio poderá ser investigada como um constructo de outras acepções para expressar efeitos mais graves. Esse pertencimento possibilita a origem de representações em cada tempo e contexto específico. Sinteticamente, os famintos representam grupos de risco para a pandemia do Covid-19 configurando-se uma tragédia humana ainda maior.

No atual contexto histórico, com um crescimento acelerado da pobreza, conseqüentemente, há uma magnitude da insegurança alimentar, aqui denominada *fome*. Antes de mencionar minimamente sobre a economia, e a conexão entre fome e pandemia de Covid-19, vale recordar a noção sobre o termo segurança alimentar e nutricional, o qual não significa apenas disponibilidade do alimento do mercado, mas a permanência de acesso. A inconstância do alimento para o indivíduo, produz incerteza ou insegurança de viver e medo da fome, cuja realidade está associada inevitavelmente à outras faltas sociais. Resumidamente, entende-

-se que a posição que o indivíduo ocupa no processo produtivo determina sua condição alimentar. Então, a fome é uma questão política em qualquer que seja a sociedade, como afirmava Josué de Castro em substancial produção científica que o tornou uma referência internacional (CASTRO, 1965).

No Brasil, a fome como um tema político, é produto histórico da desigualdade social e econômica como: falta de terra para garantir a sobrevivência; falta de saneamento básico, pois a vida sobre esgotos abertos propicia sinergismo entre parasitas e estado nutricional provocando desnutrição crônica principalmente em menores de cinco anos, uma vez que estão em pleno desenvolvimento; renda insuficiente; desemprego e subemprego entre outros problemas sociais. O desemprego é como uma sombra que cobre o caminho, e resulta no medo de ser invadido pela fome e a morte.

Esses determinantes do tecido macro social são relacionais ao mundo individual e coletivo, que nas camadas sociais mais pobres, podem mostrar circunstâncias significativas de insegurança alimentar ou fome. Em outros termos, a fome é produto da indiferença política e social, com profundas marcas nas histórias pessoais cujos traumas implicam em memórias vivas de existir em permanente sofrimento.

No passado recente, o Brasil deixou de ser citado no mapa da fome mundial, pois, de fato, houve uma melhoria concreta das condições de vida da população. Mas, nos últimos quatro anos há maior empobrecimento e conforme análise da Fundação Getúlio Vargas, a partir do segundo semestre de 2019, houve aumento da concentração de renda, excedendo o observado em 1989. Os dados mostram que os mais pobres tiveram uma redução de 17% do poder de compra, enquanto que 1% dos mais ricos teve aumento de 10% da renda (FGV, 2019).

Neste contexto, emerge em dezembro de 2019, na China, uma epidemia desencadeada pelo coronavírus SARS-CoV-2, responsável pela doença denominada Covid-19. A OMS reconheceu a condição de pandemia em fevereiro de 2020 e declarou Situação de Emergência em Saúde Pública no mundo (cerca de 4 milhões de casos confirmados e aproximadamente 290 mil óbitos em 13 de maio do corrente ano) (WHO, 2020), e no Brasil (177.589 casos confirmados e 12.400 óbitos) (MS, 2020). Trata-se, pois, de um desastre global e um dos maiores eventos históricos dos últimos cem anos, que atinge todos os setores indistintamente. Sem medidas eficazes como a vacina ou um tratamento medicamentoso específico, há uma alta capacidade de contágio, conseqüente rapidez na expansão global e elevada letalidade. Com isso, as estratégias de prevenção e controle se concentram, principalmente, no resgate de medidas tradicionais e seculares da saúde pública como: quarentena, barreiras sanitárias, isolamento/confinamento e distanciamento social, somadas às medidas higiênicas, dentre outras (WHO, 2020).

Até a presente data, metade da população mundial encontra-se em confinamento ou quarentena. As conseqüências sociais são imediatas, resultando no

aumento drástico do desemprego pela redução das atividades econômicas atingindo, sobretudo, as populações desprovidas de condições de sobrevivência durante este período de pandemia. Entretanto, tais orientações estabelecidas pela própria OMS, necessitam de ação rápida dos governos para assegurar renda e dignidade às pessoas vulneráveis.

Em condições de extrema vulnerabilidade encontram-se os famintos (sendo os negros os mais atingidos). Como exemplo das precárias condições de vida, antes desta pandemia, uma das opções para enfrentar o desemprego e a fome nos centros urbanos tem sido a economia informal com o pequeno comércio de alimentos e outros objetos de uso cotidiano. Muitos, inevitavelmente, são vítimas da violência policial e do crime organizado. O imenso comércio da economia informal nas ruas dos grandes centros urbanos do país se assemelha a uma grande feira com a circulação de mercadorias de baixo custo que se espalham e se concentram nos bairros mais pobres. Junta-se a esse comércio uma nova fonte de renda com aplicativos de empresas cujos trabalhadores não tem qualquer proteção social. São essas pessoas fragilizadas e em situações de risco de fome, sem remuneração permanente, subempregados, pequenos agricultores, grupos étnicos empobrecidos (quilombolas, indígenas) que deveriam estar recebendo melhores e mais amplos benefícios sociais, tais como: bolsa família, restaurantes populares, alimentação escolar no contexto do direito à segurança alimentar e nutricional. Nesse momento de quarentena, necessitam desses benefícios concomitantemente à ajuda emergencial para resistirem à pandemia de Covid-19. São essas pessoas as que se aglomeram nas filas dos bancos estatais para receberem os recursos do governo federal.

Conicionados pela vulnerabilidade econômica estrutural do país, cerca de milhões de brasileiros buscam uma parcela referente à metade do salário mínimo nacional para comprar suprimentos e sobreviver à fome e à quarentena. São muitos dias de aglomeração em enormes filas nos centros urbanos do país. As pessoas usam máscaras seguindo recomendações das autoridades sanitárias locais, mas não conseguem manter o distanciamento social. Sobre isto, ficam confusas, pois outras autoridades governamentais discursam a favor da quebra de isolamento social e concentram os benefícios emergenciais aglutinando pessoas, como se esse recurso fosse um *favor* à população carente e não um direito social.

Em este mês de maio de 2020, com mais de 12 mil mortes por Covid-19, no país, autoridades do governo federal, insistentemente discursam contra a quarentena e o distanciamento social suscitando à população o retorno ao trabalho. As pessoas no emaranhado de informações parecem perdidas e muitas se deixam convencer por essa concepção negacionista (The LANCET, 2020). Com isso, há uma ruptura do cuidado para evitar o contágio dessa população tão vulnerável à fome e ao Covid-19, situação que contraria os direitos humanos. Mesmo com os recursos das ciências e da tecnologia deste século XXI, há aglomerados nas filas do benefício emergencial onde o vírus pode se difundir mais rapidamente, confi-

gurando-se um ciclo perverso de fome e pandemia que se caracteriza como uma das modalidades de indiferença política que marcará este fenômeno no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia do COVID-19 tem profunda relação com o agravamento da fome no Brasil e no mundo. Esses fenômenos juntos, formam uma grande tragédia humanitária.

As ações como quarentena e confinamento social para salvar vidas devem se sobrepor aos interesses do grande capital que objetiva privilegiar a economia. Esse último propósito pode elevar, assustadoramente, o número de óbitos, promover a expansão descontrolada da pandemia e o colapso total dos serviços de saúde no país.

Ao conceber como fundamento os princípios do direito à vida seguindo orientações das ciências da saúde, econômicas, sociais e da OMS, deve-se essencialmente proteger vidas controlando, simultaneamente, a pandemia e os efeitos perversos aos famintos, por meio sustentável com a garantia de renda cidadã para todas as populações vulneráveis.

BIBLIOGRAFIA

AGUIRRE, P. **Ricos flacos y gordos pobres. La alimentacion en crisis, Claves para Todos**. Colección dirigida por José Nun. Editorial Capital Intelectual. Buenos Aires, 2004.

BRASIL, MS; brasil.gov.br/saúde/2017/04/obesidade-cresce-60-em-dez-anos-no-brasil. Acessado 4/4/2018.

CASTRO, J. **Geopolítica da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1965.

FGV – Fundação Getúlio Vargas, CPS, **A escalada da desigualdade**, novembro de 2019 cps.fgv.br/desigualdade, acessado em 13 de maio de 2020

FREITAS, MCS. **Agonia da fome**. Salvador, FIOCRUZ/EDUFBA; 2003.

The LANCET – COVID-19: “So what?” Editorial, **The Lancet**, vol. 395, May 2020. Disponível em www.thelancet.com Acessado em 13 de maio de 2013.

MS, Ministério da Saúde, covid.saúde.gov.br acessado em 13 de maio de 2020

ONU <https://nacoesunidas.org/crescimento-da-renda-dos-20-mais-pobres-ajudou-brasil-a-sair-do-mapa-da-fome-diz-onu/>. Publicado em 27/05/2015 - Atualizado em 04/05/2017

WHO - **World Health Organization** who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus.2019 acessado em 13 de maio de 2020.